

NR-1 vai substituir modelos de gestão autoritários

Nova norma que entrará em vigor deve priorizar bem-estar nas empresas

/ DIREITO DO TRABALHO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A NR-1, norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego sobre saúde e segurança no trabalho que entra em vigor no próximo dia 26 de maio, forçará uma transição cultural nas empresas, substituindo modelos de gestão autoritários por ambientes que vão priorizar o bem-estar humano e o equilíbrio social, segundo a psicóloga organizacional Angelita Garcia. De acordo com ela, a relação entre a governança das empresas e os colaboradores resultará em uma grande mudança no ambiente de trabalho.

Para Angelita, a NR-1 será uma grande virada de chave nas organizações. “É como se o mundo do trabalho fosse um até aqui e daqui para frente será outro. A NR-1 vai obrigar a mudança na relação entre a governança das empresas e os colaboradores. A maneira de convivência dentro das organizações vai mudar radicalmente”, ressalta.

De acordo com a psicóloga, as organizações serão obrigadas a realizar mapeamentos psicossociais e a criar planos de ação concretos para resolver problemas como sobrecarga de trabalho (escalas de trabalho exaustantes) e ambientes tóxicos. Além disso, segundo a especialista, a norma introduz a necessidade de canais de denúncia protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sistemas de rastreabilidade para documentar o suporte dado aos funcionários. “Vamos ter uma profunda transformação nas relações entre gestores e funcionários”, comenta. A psicóloga explica que a legislação é um marco que modernizará o mercado de trabalho através da valorização do ser humano.

Sobre as relações no ambiente de trabalho, Angelita afirma que as pessoas, ao deixarem uma empresa, falam do ambiente tóxico e sobre a escala de trabalho cansativa. “Muitos admitem que não têm tempo para vida social. Uma boa qualidade de vida e segurança no ambiente de trabalho. Todos esses valores já estão em desequilíbrio hoje no mundo do traba-



Norma regulamentadora entra em vigor no próximo dia 26 de maio

lho”, explica.

O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias, defende a criação de ambientes acolhedores e a capacitação de gestores para transformar o local de trabalho em um fator de proteção e não de adoecimento. “Estamos com uma verdadeira epidemia de alterações psíquicas dos trabalhadores e verificamos um aumento da necessidade de serviços psiquiátricos”, comenta.

De acordo com Matias, a NR-1 faz com que as empresas trabalhem no sentido de tentar fazer um ambiente um pouco mais tranquilo. “Quem atua na área da saúde deve se preocupar sempre com a saúde mental de toda a população e dos trabalhadores em particular”, comenta.

Para ele, o ambiente de trabalho também é um local de estresse. “Os fatores de estresse vão desde o tipo de trabalho executado, dos riscos envolvidos na profissão e na segurança para executar as tarefas estabelecidas pelos gestores”, explica. O presidente do Simers afirma que nesse sentido é fundamental a criação de um ambiente de trabalho saudável e acolhedor.

Na sede do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Matias destaca a realização de capacitações internas com o oferecimento de cursos para gestores e colaboradores no sentido de melhorar o ambiente. “Um ambiente de trabalho saudável é positivo para todos. Passamos boa parte do nosso dia fora de casa trabalhando por um objetivo ou para outras pessoas”, acrescenta.

O presidente do Simers diz ainda que os trabalhadores em algum momento também atuam como empregadores. “Por tudo isso, é necessário que todos tenham a responsabilidade de criar um ambiente positivo nas empresas. A ideia é que os colaboradores possam sentir no trabalho uma extensão da sua casa”, destaca.

Sobre a implementação da NR-1, a advogada trabalhista Carla Regina Wedy explica que a grande mudança é a transição de uma cultura de monetização do risco para um sistema de gerenciamento de riscos ocupacionais, exigindo que as empresas criem um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) composto por avaliações técnicas e planos de ação. A advogada destaca que no ambiente do trabalho sempre existiu a cultura da monetização do risco. “Trabalha em uma atividade insalubre paga insalubridade. Trabalha em atividade perigosa paga periculosidade. Nunca houve uma preocupação com a prevenção”, ressalta.

A advogada trabalhista explica que a prevenção nunca fez parte do ambiente do trabalho no Brasil. “E a NR-1 traz exatamente isso. Ou seja, o princípio da prevenção nas relações”, aponta. Para Carla, a NR-1 é uma alteração muito significativa, porque mexe com toda a postura da organização, tanto dos empregadores como dos trabalhadores, que terão suas obrigações, segundo a especialista.

Os três painelistas debateram a implementação da NR-1 em evento organizado pela Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), no Palácio do Comércio.

Opinião

Acesso à Justiça transforma realidades

Otávio Rodrigues de Luca Marques

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, falar sobre acesso à Justiça é falar sobre cidadania. No Dia do Defensor Público, celebrado neste 19 de maio, faz-se necessário reconhecer o papel essencial desses profissionais na garantia de direitos fundamentais, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Defensoria Pública representa, para milhões de brasileiros, uma importante porta de entrada para orientação jurídica e defesa de direitos. Em muitos casos, é o caminho para resolver conflitos familiares, buscar acesso à saúde, garantir benefícios sociais ou enfrentar situações de violência. Mais do que atuar em processos, defensores públicos promovem dignidade, segurança e inclusão social.

A construção de uma sociedade mais justa passa, também, por outros atores comprometidos com esse propósito. Instituições de Ensino Superior que colocam Núcleos de Prática Jurídica (NPJs) à disposição da população desempenham papel essencial ao aproximar os cidadãos do conhecimento jurídico e dos serviços de atendimentos gratuitos à comunidade - realizados por estudantes que, supervisiona-

dos por professores, vivenciam a prática jurídica real.

A experiência cotidiana mostra que muitas pessoas não deixam de buscar seus direitos por falta de interesse, mas por desconhecimento, dificuldade de acesso ou ausência de orientação adequada, que tanto a academia quanto a Defensoria oferecem, gerando assistência integral e promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, a atuação conjunta entre Defensoria Pública e universidades gera impacto social significativo. Enquanto a Defensoria amplia o acesso à Justiça, os NPJs fortalecem a educação em direitos e ajudam a formar cidadãos mais conscientes e preparados para reivindicar garantias previstas na Constituição.

Levar informação jurídica à população é também uma forma de prevenção. Quando uma pessoa conhece seus direitos, ela consegue identificar abusos, tomar decisões mais conscientes e acessar mecanismos de proteção social.

Promover acesso à Justiça não é apenas resolver conflitos. É criar oportunidades para que mais pessoas vivam com dignidade, autonomia e segurança. E esse compromisso precisa ser coletivo.

Professor de Direito na UniRitter

NOTAS

• Nesta quinta-feira ocorre a 2ª edição do JusConecta, uma iniciativa do Núcleo Jurídico da Associação Comercial de Porto Alegre (NUJURIS/ACPA), que reúne profissionais, estudantes e empreendedores para discutir tendências jurídicas e empresariais em um ambiente de networking e troca de experiências. O tema será “Conexões Jurídicas e Negócios do Futuro”. Mais informações no e-mail: nujurisacpa@gmail.com.

• A Escola de Direito da Pucrs promove, no dia 02 de junho, a 5ª edição do Congresso de Direito Ambiental e Sustentabilidade. Em alusão aos 45 anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, o evento contará com dois turnos de palestras presenciais (pela manhã e tarde) e um de apresentação de resumos de forma online (à noite). As inscrições para o público geral estarão disponíveis a partir do dia 27 de maio, no portal da universidade.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323